



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

BIBLIOTECA

DATA
24.01.2025

PÁGINA Nº
1 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- ❖ [VITÓRIA OU LIDERANÇA? DILEMA TRUMP – O Popular](#)
- ❖ [O BRASIL NO OSCAR – O Popular](#)
- ❖ [GOVERNO SÓ EXIBE DESPREPARO AO MIRAR PREÇO DE ALIMENTO – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [AMEACA COM CARA DE BLEFE – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [LUTEMOS JUNTOS POR UM MUNDO NOVO – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [CÚPULA DA CÂMARA QUER DRIBLAR PADILHA E NEGOCIAR REFORMA DIRETO COM LULA – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [JUÍZA CONDENA 8 POR PLANO DO PCC DE ATAQUE A MORO, E SENADOR DIZ QUE FALTA DESCOBRIR MANDANTE – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [COM TRUMP, REGULAR AS REDES SOCIAIS É UMA URGÊNCIA CADA VEZ MAIOR – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [SEMPRESIDENCIALISMO DEVE VOLTAR AO CENTRO DO DEBATE – O Hoje](#)
- ❖ [ANÁLISE: UM POUCO DE MAQUIAVEL NÃO FARIA MAL AO GOVERNO – Correio Braziliense](#)
- ❖ [HADDAD FALA EM REGULAR VALE-REFEIÇÃO PARA REDUZIR CUSTO DA ALIMENTAÇÃO – Correio Braziliense](#)
- ❖ [A TRAGÉDIA SILENCIOSA NA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA – Correio Braziliense](#)
- ❖ [INVESTIGAÇÕES SOBRE EMENDAS DEVEM SER DISTRIBUÍDAS NO STF – Valor Econômico](#)
- ❖ [STJ VALIDA ARRECADAÇÃO DE BENS DE EMPRESÁRIO EM OFFSHORE PARA PAGAMENTO DE CREDORES – Valor Econômico](#)
- ❖ [JUSTIÇA FEDERAL LIVRA CONTRIBUINTE DE TRIBUTAÇÃO SOBRE ADICIONAL DE FRETE – Valor Econômico](#)
- ❖ [LOCAL DA OPERAÇÃO TRAZ CONTROVÉRSIAS NO IVA DUAL – Valor Econômico](#)
- ❖ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 24.01.2025 – PÁG. 03

Vitória ou liderança? Dilema Trump

Carlos Stuart Palma Júnior

Qualquer previsão sobre 2025 não seria realista sem uma noção do posicionamento na política internacional da nova administração nos Estados Unidos. O analista Ian Bremmer sugere que entramos numa era de instabilidade, em que a globalização transformou a "ordem mundial": a distribuição de riqueza e o fluxo de capital e, sobretudo, a ordem dos vencedores e vencidos. Sob a presidência de Donald Trump os Estados Unidos retraem-se do papel histórico de potência estabilizadora e conciliadora. Declinam a liderança coletiva que aponte um caminho ou agenda comum, privilegiam a defesa de interesses particulares nacionais em um novo "Isolacionismo". O slogan da campanha de Trump não deixa dúvidas "América First".

No atual contexto a Casa Branca reafirma o seu poder, deixa de lado eufemismos e dispensa as sutilezas do "soft-power". Trump reabre a retórica do "Big Stick", apoia-se na indiscutível liderança tecnológica, econômica, cambial (defende o domínio do dólar) e no notável poderio militar. Ele enquadra os seus aliados exigindo alinhamento incondicional aos interesses americanos. Postura evidente quando, sem constrangimento, Trump anuncia o seu desejo em anexar o Canadá; "comprar" da Groenlândia ou recuperar o canal do Panamá. Em suma, brincadeira ou não, ele atualiza e repagina o "destino manifesto" e "Caminhada para Oeste".

Aos aliados europeus Trump dita um novo *modus vivendi* na Otan: terão mais gastos militares para manter o "guarda-chuva" bélico dos Estados Unidos. A Ucrânia perde relevância: a cessão dos territórios ocupados pela Rússia é o cenário mais provável, agrade aos europeus ou não. Israel tende a ter mais apoio com Trump, o Oriente Médio permanece entre as prioridades. O enfrentamento à crescente influência Chinesa em todos os campos será tão certo quanto "a morte e os impostos". Falando em impostos, Trump distribuiu ameaças alfandegárias. China está na mira -- é obvio -- mas não está só, europeus e mesmo os vizinhos México e Canadá também são alvos.

Na América corporativa as empresas são recrutadas. Nessa brigada o general o bilionário Elon Musk é crítico da regulamentação das big techs, em particular na União Europeia. Mesmo a Meta, antes aliada de democratas, capitulou e perfilou-se a Musk, aderindo incondicionalmente à nova ordem. Fica claro que Donald Trump não é um conciliador, ele busca a vitória e não contemporiza com perdedores. Sua estratégia, embora ousada, permite arriscar o palpite: colherá muitas vitórias para os Estados Unidos em várias frentes, graças ao poderio americano. Contudo, mais difícil é prever os efeitos dessas "vitórias" para a liderança americana no longo prazo. Como sugere Bremmer, o caos é um resultado mais provável do que uma "nova ordem". Nele, nações fortes garantem os seus interesses e os mais fracos fazem o que podem para se defender. Nessa nova era "Manda quem pode, obedece quem tem juízo!"



JORNAL – O POPULAR – 24.01.2025– PÁG. 07

O Brasil no Oscar

Eliane Cantanhêde



Falado em português, com livro, história, personagens, atores e um grande diretor genuinamente brasileiros, Ainda Estou Aqui vem numa excelente hora para jogar uma lufada de alegria no ambiente nacional, divulgar nosso país de forma positiva mundo afora e servir de alerta evidente contra tentativas de golpe e discursos autoritários e do atraso. Concorrer ao Oscar já seria o máximo, mas Walter Salles foi muito mais longe e Ainda Estou Aqui está na disputa não apenas de uma, mas de três estatuetas, inclusive a principal, a de melhor filme. Além disso, estamos na lista para melhor filme estrangeiro e... melhor atriz. Ufa! O coração bate forte!

Fernanda ganhar o Globo de Ouro já foi espetacular e parecia demais disputar também o Oscar, mas lá está ela, entre as melhores do mundo. Não é demais, nem é só sonho, torcer para a vitória em pleno domingo de carnaval. Nem precisa caprichar no cabelo, Fernanda! For como for, já estará perfeita. Quando eu estava saindo do cinema, o jovem casal à minha frente conversava e ele disse, incisivo, para a companheira: "Se dependesse de mim, essa gente do 8 de Janeiro não saía nunca mais da cadeia". Era o filme atingindo o objetivo de reavivar a história, provocar tristeza, indignação e raiva, para não esgotar jamais o nosso grito nacional: ditadura, nunca mais!

Não é preciso ser especialista em cinema, eu jamais fui nem pretenderia ser, mas há que se destacar o cuidado de Walter Salles de não explorar cenas de tortura e assassinatos, evitar melodramas e pieguice e ficar na história, nos personagens, no momento político, na dor contida de uma família. Disse tudo, não precisava. A realidade se impunha. Fernanda Torres não representou um único personagem, mas vários, num crescente ao longo do filme: a alegre e bem-sucedida Eunice Paiva em meio a um casamento feliz e uma família unida; a Eunice sem entender o que acontecia quando agentes da ditadura levaram o ex-deputado Rubens Paiva para sempre; a Eunice presa, humilhada, ameaçada, suja, faminta, sem saber do marido, da filha e dela mesma; a Eunice guerreira, que move mundos e fundos para ter notícias do marido; a Eunice ao saber da morte, reunir o dinheiro possível e decidida a sobreviver com os filhos; e, enfim, a Eunice, já advogada, lutando pelas boas causas.

Em todas essas personagens, Fernanda foi perfeita, convincente no ponto certo. E, como fecho de ouro, Fernanda Montenegro, a mãe, brilhando como fez a vida inteira no papel da Eunice já idosa, com Alzheimer. De mãe para filha, do Brasil para o mundo. O Brasil está em festa, nem Donald Trump e tudo o que ele representa de pior no nosso País e no nosso mundo conseguem atrapalhar. Ao Oscar, Fernanda, Walter, Brasil!

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 24.01.2025 – PÁG. A2

Governo só exhibe despreparo ao mirar preço de alimento

Inflação tem origem em fatores climáticos, agravados por alta de gastos sob Lula; ensaio de intervenção gera polêmica

O Brasil viveu em 2024 uma grande seca e incêndios disseminados, além de enchentes que destruíram parte do Rio Grande do Sul. Um dos resultados desses desastres foi perda na produção de carnes, leite, arroz, café, açúcar e laranja, por exemplo, afora danos na horticultura. Houve problemas climáticos no mundo, fora a demanda elevada por certos produtos. Além do mais, a moeda brasileira passou por aguda desvalorização —em grande parte, pelo descrédito da política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que impulsionou o crescimento do PIB por meio de expansão insustentável do gasto e da dívida pública. Isso teve impacto na inflação, particularmente na de alimentos.



O país ainda convive com grau elevado de inércia inflacionária —vale dizer, o encarecimento de algumas mercadorias tende a afetar outras; o consumo, ademais, está em nível alto, dado o desempenho robusto da atividade econômica, o que facilita o repasse de custos para os consumidores. Esse é o cenário da elevação recente dos preços da comida, que suscitou reações descontraídas de um governo ora obcecado por críticas nas redes sociais. O presidente da República pediu a seus ministros que tomem providências rápidas a respeito do tema—dando mostras de que a gestão petista não tem consciência das causas da inflação, imagina que possa tomar medidas relevantes no curto prazo e, de quebra, arrisca-se a comprometer ainda mais seu prestígio.

O custo dos alimentos consumidos em domicílio aumentou ao longo do ano passado, com alta de 8,2%. O fenômeno teve dois efeitos na percepção da carestia. Primeiro, atingiu itens essenciais: carnes, óleo de soja, café, arroz, laticínios. Segundo, agravou um problema que persiste desde a epidemia de Covid-19: embora o avanço do valor médio dos rendimentos do trabalho supere o da inflação, o nível do preço da comida continua acima do normal.

Houve grande descolamento desse segmento em relação a salários, o que é muito evidente a partir do terço final de 2020. De fins de 2019 até agora, registrou-se encarecimento de mais de 60% dos alimentos que se consomem em casa, ante expansão média de cerca de 40% dos rendimentos do trabalho. A distância voltou a crescer a partir de agosto do ano passado. Um governo, em tese, pode tomar medidas para tornar mais eficientes a produção e a distribuição de alimentos: estudos sobre localização de lavouras, mitigação da crise climática, crédito, assistência técnica, seguros, transportes melhores, diminuição do poder de mercado de

firmas, tributação comedida. Em uma perspectiva otimista, isso tem efeito no médio prazo. Salvo algum milagre, Lula não conseguirá conter preços de imediato —sendo mais prováveis intervenções desastradas ou novas polêmicas inúteis, como ao aventar a flexibilização de prazos de validade de alimentos.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 24.01.2025 – PÁG. A3

Ameaça com cara de blefe

Saída do Mercosul traria mais prejuízos que benefícios à Argentina

Ricardo Della Coletta



A ameaça de Javier Milei de abandonar o Mercosul caso o bloco não permita uma negociação de livre-comércio com os Estados Unidos de Donald Trump tem cara de blefe. Primeiro, a premissa é estranha. As primeiras medidas que Trump tomou sobre o tema podem ser classificadas de vários nomes, menos de livre-comércio. O que levaria Trump a tratar produtos argentinos que queiram acessar os EUA com mais benevolência do que os de outros países, além da admiração ideológica?

O timing da fala de Milei tampouco ajuda a convencer. Quando Jair Bolsonaro e Paulo Guedes quiseram pular fora do Mercosul, em 2019, o bloco era acusado de imobilismo e de estar fechado para as cadeias globais. Não eram poucos os que concordavam. O argumento perdeu força. O Mercosul fechou recentemente um amplo tratado com a União Europeia. Fez um acordo com Singapura e está negociando com o Efta (Associação Europeia de Livre Comércio) e os Emirados Árabes. Milei aceitaria abrir mão do pacto com a UE?

Se estiver falando sério, o argentino ainda terá que comprar uma briga com a indústria de seu país, cujos produtos manufaturados entram no importante mercado brasileiro com tratamento preferencial. É fácil antecipar que, no congresso em Buenos Aires, esses interesses se fariam ouvir. Por último, há um sem-número de acordos e decisões tomados desde 1991 que têm como guarda-chuva o Mercosul. Para citar alguns: circulação facilitada de pessoas entre os países; regras simplificadas para estudos e reconhecimento de títulos universitários; cooperação consular; normas específicas para recebimento de aposentadorias.

Sair do Mercosul colocaria a Argentina num caos jurídico em que cada um desses acordos precisaria ser negociado novamente (e de forma bilateral) caso Buenos Aires queira preservar direitos dos argentinos que visitam ou residam no Brasil, Paraguai ou Uruguai. Dito isso, Milei é um líder imprevisível e pode muito bem ignorar qualquer consequência por fidelidade a Trump. Mas a complexidade de uma versão argentina do Brexit é tamanha que, ao menos no momento, só vendo para crer.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 24.01.2025 – PÁG. A4

Lutemos juntos por um mundo novo

França, Europa e América Latina têm oportunidade histórica de se reunirem em torno de mesmo ideal; queremos um planeta mais justo e seguro

Emmanuel Macron

Em um momento em que as sociedades democráticas enfrentam tantos desafios, sejam eles ambientais, econômicos ou tecnológicos, a França, a Europa e a América Latina têm uma oportunidade histórica de se reunirem em torno de um mesmo ideal, de uma mesma concepção do universalismo e da dignidade humana, de uma mesma vontade de agir para o bem comum. Nós travamos essa luta no passado. Dessa história nós não nos esquecemos. Ela nos inspira. Ela nos lembra que os Libertadores, movidos pelo sopro da Revolução Francesa e por um vento de liberdade, lutaram com bravura pela independência de todo um continente.



No ano passado, minhas duas viagens à América Latina me mostraram, a cada encontro, o quanto essa história continuava a ser escrita todos os dias. E 60 anos após a viagem histórica do general Charles De Gaulle, devemos continuar a defender essa visão combativa e humanista do nosso destino comum diante das grandes mudanças de nosso tempo. Entre tantos desafios, nós também nos questionamos, da mesma forma que vocês, sobre o lugar que os espaços digitais ocupam em nossas vidas [bem] reais, o impacto da inteligência artificial sobre elas e, de forma mais ampla, a conciliação entre o desenvolvimento tecnológico e os nossos valores. Esse assunto estará no centro da Cúpula global de Ação sobre IA, que será realizada em Paris nos dias 10 e 11 de fevereiro e reunirá todos os agentes que atuam nessa área.

Nós também queremos construir com vocês um mundo que enfrente com determinação a mudança climática, que nos permita implementar as medidas de adaptação necessárias e que garanta a preservação de nossas florestas e oceanos. Um mundo que nos ofereça maior segurança diante do crime organizado transnacional e que estabeleça regras comerciais justas para as nossas empresas. Um mundo mais justo, que reconheça a interdependência entre preservação do meio ambiente e prosperidade e permita que os dois andem sempre juntos.

Nós começamos a nos empenhar nessa via paralela promovendo assuntos essenciais como a proteção e o uso sustentável do oceano —especialmente por meio da organização, ao lado da Costa Rica, da Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano, que será realizada em Nice (França) no próximo mês de junho, bem como do apoio à candidatura de Valparaíso (Chile) para sediar a secretaria do tratado sobre a biodiversidade em alto-mar—, defendendo a igualdade de gênero ao lado do México, intensificando nossa mobilização em prol do clima no âmbito da preparação da COP30, em Belém, e protegendo as florestas ao lado dos países amazônicos. Nós construímos essa agenda internacional mais justa ao lado de vocês, por meio do Pacto de Paris para os Povos e o Planeta, que hoje conta com o apoio de 70 países.

Por meio dessas muitas iniciativas, sempre impulsionadas pelo mesmo universalismo, nós nos recusamos a ceder à ideia de fragmentação do mundo em blocos: Norte e Sul, Ocidente e o resto do mundo. O princípio de dois pesos e duas medidas não pode ser aplicado com base em critérios geográficos ou afinidades: toda vida conta, seja na Ucrânia ou no Oriente Médio, seja no Haiti ou na Venezuela. A França, país latino-americano graças aos seus territórios ultramarinos, e membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sempre cumprirá com o seu papel na manutenção da paz e da estabilidade no continente. No início deste novo ano, quero mais do que nunca reiterar firmemente nosso compromisso de levar adiante essa ambiciosa agenda com vocês, incluindo a criação de novas oportunidades de intercâmbio entre nossas universidades, instituições culturais e centros de pesquisa, bem como o lançamento de novos projetos para as nossas empresas no sentido de proporcionar uma maior autonomia estratégica aos nossos dois continentes. Não há dúvidas quanto a isso. O futuro da França e da Europa será escrito junto com a América Latina e o Caribe. Portanto, lutemos juntos por um mundo novo.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 24.01.2025 – PÁG. A9

Cúpula da Câmara quer driblar Padilha e negociar reforma direto com Lula

Deputados reivindicam Desenvolvimento Social, Relações Institucionais e Agricultura

Victoria Azevedo / Catia Seabra

A cúpula da Câmara dos Deputados aguarda a eleição do novo comando da Casa para negociar diretamente com o presidente Lula (PT) a reforma ministerial, driblando o responsável pela articulação política, Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais). Embora Padilha tenha recebido essa atribuição de Lula, os deputados não reconhecem no ministro legitimidade para a tarefa. Essas lideranças esperam a chegada de Hugo Motta (Republicanos-PB) à presidência da Câmara para negociar com o presidente da República.



Também fizeram chegar ao Palácio do Planalto a informação de que preferem que os presidentes de partidos não sejam procurados pelo governo, para que toda a negociação seja conduzida pelo Congresso Nacional. De acordo com relatos feito à reportagem, a cúpula da Câmara já tem um desenho do que gostaria que acontecesse na reforma, com ascensão de líderes para ministérios do petista. Na avaliação dos deputados, esse novo desenho, que já chegou a integrantes do Planalto, daria equilíbrio na relação de forças com o Senado e garantiria a governabilidade à gestão petista. Hoje, os deputados se sentem subrepresentados na Esplanada de Lula. Nesse plano, está a ida do atual presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para o Ministério da Agricultura, hoje chefiado pelo senador licenciado Carlos Fávaro, do PSD.

Um aliado do alagoano diz que Lira cobiça a pasta da Saúde, que tem à frente Nísia Trindade, mas reconhece ser remota essa possibilidade, diante da estrutura robusta do ministério. A gestão de Nísia sofre



CLIPPING

DATA

24.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

críticas entre congressistas e integrantes do próprio governo, que cobram dela uma marca para sua gestão. A ida para a Agricultura daria visibilidade a Lira, que pretende concorrer a uma vaga ao Senado em 2026. A cúpula da Câmara avalia que o governo ganharia com essa troca porque o congressista poderia criar pontes com o agronegócio, setor no qual ainda há resistências à gestão petista. Além disso, ele poderia frear a postura de oposição ao governo da Frente Parlamentar da Agropecuária, uma das forças mais expressivas do Congresso, já que o presidente do grupo, Pedro Lupion (PP-PR), é aliado de Lira.

Integrantes do PP dizem ainda que esse movimento poderia desencadear, mais adiante, uma eventual neutralidade do partido na eleição presidencial em 2026. A nomeação de Lira exigiria, no entanto, mudanças em outras pastas, como a possível saída de André Fufuca (PP) do Ministério dos Esportes. Também levaria à exoneração de Fávaro, a quem Lula é grato por seu apoio na eleição presidencial. Além do apreço pessoal de Lula, Fávaro tem sido bem avaliado pela interlocução mantida com agronegócio. Sua saída implicaria mais mudanças além das já esperadas no espaço ocupado pelo PSD. Uma mudança reivindicada pela cúpula da Câmara é a ida do líder do PSD, Antonio Brito (BA), para o Ministério do Desenvolvimento Social, hoje chefiado pelo senador petista Wellington Dias.

Brito foi candidato à sucessão de Lira, mas acabou desistindo em novembro, após Hugo Motta conseguir apoio de um leque de partidos, indo do PT de Lula ao PL de Jair Bolsonaro. Ele era considerado o nome mais governista entre os candidatos. Desde o fim do ano passado, a bancada do PSD na Câmara indicou ao Executivo que não se sente atendida com o Ministério da Pesca, chefiado pelo ex-deputado André de Paula. Na avaliação dos deputados, a ida de Brito para a pasta de Desenvolvimento Social, que tem sob seu guarda-chuva programas como Bolsa Família, daria grande visibilidade à bancada e traria ganhos políticos à Câmara como um todo, já que o congressista circula bem em diversos partidos na Casa. Ainda que mantenham boa relação com Brito, petistas resistem à nomeação de um nome de outro partido para a pasta, cujas ações são identificadas com a agenda do PT.

Outro petista na mira dos deputados é o próprio Padilha. Seu cargo é reivindicado para o líder da bancada do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL). Isnaldo é da ala lulista do MDB, tem bom trânsito com deputados e senadores e é um dos congressistas mais próximos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT). Além disso, é um aliado de primeira hora de Hugo Motta e mantém boa relação com Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), favorito para assumir o comando do Senado a partir de fevereiro. A indicação de seu nome esbarra no fato de o MDB já contar com três ministérios, ocupados por Renan Filho (Transportes), Jader Filho (Cidades) e Simone Tebet (Planejamento). Seria mais um integrante do partido a ocupar uma pasta, sendo alagoano como Renan Filho.

Nesse desenho, não está prevista movimentação do atual líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), para um ministério. Ele também foi candidato à presidência da Casa, chegou a ser considerado o favorito para ter apoio de Lira na disputa, mas foi preterido —e, desde então, rompeu com o alagoano, com quem mantinha amizade. O União Brasil quer indicá-lo para ocupar um cargo na Mesa Diretora, mais especificamente a segunda vice-presidência. Há também conversas para uma possível vaga no TCU (Tribunal de Contas da União). Apesar do movimento de exclusão de Padilha, o ministro tem sido informado das indicações dos congressistas e conversa diretamente com Lula sobre o mapa da Esplanada. Sua tarefa é apresentar ao presidente cenários para a montagem do novo ministério, a partir das reivindicações do Legislativo. A ideia era que o plano estivesse pronto na semana que vem para ser posto em prática logo após a eleição do Congresso.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 24.01.2025 – PÁG. A10

Juíza condena 8 por plano do PCC de ataque a Moro, e senador diz que falta descobrir mandante

Processo é resultado de operação deflagrada em 2023, quando Lula cogitou 'armação' de ex-juiz da Lava Jato

Catarina Scortecci

A Justiça Federal no Paraná condenou oito pessoas ligadas ao PCC (Primeiro Comando da Capital) por organização criminosa e tentativa de extorsão mediante sequestro do senador Sergio Moro (União Brasil-PR), ex-ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro (PL) e ex-juiz federal na Lava Jato.

A sentença, com 241 páginas, foi assinada na terça-feira (21) pela juíza substituta Sandra Regina Soares, da 9ª Vara Federal de Curitiba, no âmbito de uma ação penal ligada à Operação Sequaz, deflagrada em março de 2023 pela Polícia Federal. Em uma publicação em uma rede social nesta quinta-feira (23), Moro divulgou trecho da sentença, agradeceu as autoridades envolvidas na operação e afirmou que "falta descobrir o mandante do crime e a investigação da PF precisa continuar com este objetivo".



"Solicitarei providências nesse sentido ao ministro da Justiça. Não nos curvaremos a criminosos. Continuarei, no Senado, defendendo lei, ordem e penas severas contra o crime organizado", escreveu. A denúncia do Ministério Público Federal foi acolhida pela Justiça Federal em maio de 2023. Entre os 13 denunciados, três foram absolvidos e outros dois morreram na prisão. Segundo o MPF, nas trocas de mensagens entre os denunciados, Moro era chamado de "Tokio" e o código para a palavra "sequestro" era "flamengo". Os investigadores iniciaram a apuração com base em depoimento de um ex-integrante do PCC que se transformou em testemunha protegida da Justiça de São Paulo. Foi ele quem relatou o plano de sequestro de Moro, posteriormente levado para os investigadores da PF.

De acordo com a denúncia do MPF, o plano de sequestro teve relação com medidas adotadas por Moro na época em que ele era ministro da Justiça, como "a transferência de lideranças da facção criminosa Primeiro Comando da Capital para presídios federais de segurança máxima, bem como a proibição de visitas íntimas nesses presídios, para evitar a transmissão de ordens da alta hierarquia". Na sentença, a juíza cita que a facção criminosa pretendia barganhar a soltura ou a devolução do principal chefe do PCC, Marco Willians Herbas Camacho, conhecido como Marcola, ao sistema penitenciário paulista. Marcola foi transferido de São Paulo para a penitenciária federal em Brasília em fevereiro de 2019. Meses depois, seguiu para uma unidade federal em Rondônia. Em 2024, retornou para a capital federal.

O grupo teria começado a organizar o plano de sequestro em maio de 2022. As investigações apontaram que integrantes do PCC monitoraram locais que Moro frequentava. Um dos endereços foi o clube em Curitiba onde o hoje senador vota —o sequestro ocorreria na data do segundo turno das eleições de 2022. Segundo o



CLIPPING

DATA
24.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

MPF, os criminosos não atingiram o resultado pretendido "por circunstâncias alheias às vontades dos integrantes da referida organização, especificamente em razão da descoberta de fraude na locação do apartamento localizado em Curitiba, e ao aviso de que tal fato seria comunicado à polícia". O réu Janeferson Aparecido Mariano Gomes, que era apontado pelo MPF como líder do grupo denunciado, foi assassinado em junho passado. Na sentença, a juíza informa que ele foi morto por outros membros do PCC dentro da Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, no interior paulista.

Ela acrescenta que a principal hipótese é de que o réu foi morto justamente por ter falhado no plano de sequestro. Outro réu preso também foi assassinado pelo PCC, Reginaldo de Oliveira de Sousa. De acordo com o MPF, Janeferson pertencia a uma célula restrita do PCC, chamada de "Sintonia Restrita". A subdivisão seria responsável por executar ações contra agentes de segurança, membros do Judiciário e políticos. No ano passado, no depoimento que chegou a prestar à Justiça Federal, Janeferson disse que foi a Curitiba para fazer um protesto político e que os fatos narrados na denúncia não eram verdadeiros.

Todos os demais réus também negaram as acusações em seus depoimentos: Claudinei Gomes Carias, Franklin da Silva Correa, Herick da Silva Soares, Cintia Aparecida Pinheiro Melesqui, Aline Arndt Ferri, Aline de Lima Paixão, Oscalina Lima Graciotte e Hemilly Adriane Mathias Abrantes. Entre os réus, a maior pena chega a quase 15 anos de reclusão. Os oito foram condenados pelos crimes de organização criminosa e tentativa de extorsão mediante sequestro, exceto Hemilly, condenada apenas por organização criminosa. Ela e as outras quatro mulheres condenadas podem recorrer em liberdade. "O conjunto probatório constante nos autos demonstra, de forma inequívoca, que a organização criminosa mantinha uma estrutura logística na cidade de Curitiba, sustentada pelo aluguel de imóveis utilizados como bases de apoio (...) para viabilizar o planejamento e a execução do crime", escreve a juíza.

Outros três réus foram absolvidos: Sidney Rodrigo Aparecido Piovesan, Valter Lima Nascimento e Patric Uelinton Salomão. "As evidências colhidas não se mostram suficientes para sustentar, além da dúvida razoável, a condenação dos réus", disse a juíza. A operação da PF em 2023 que cumpriu mandados de prisão para desarticular o plano da facção criminosa contra autoridades, incluindo Moro, dividiu o governo Lula (PT) na época. O presidente e alguns assessores próximos acirraram a disputa com opositores ao sugerir, sem provas, uma "armação" de Moro no caso.

"Eu não vou falar porque acho que é mais uma armação do Moro. Quero ser cauteloso, vou descobrir o que aconteceu. É visível que é uma armação do Moro", disse o presidente na época, mesmo após integrantes do próprio governo petista terem exaltado a operação feita pela PF, que é ligada ao Ministério da Justiça. Outros aliados lamentaram a declaração de Lula e iniciaram uma operação para tentar corrigir o discurso oficial.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 24.01.2025 – PÁG. B12

Com Trump, regular as redes sociais é uma urgência cada vez maior

Penso que devemos refletir profundamente sobre os riscos de tantas fontes de comunicação pertencerem a uma só empresa

Djamila Ribeiro



Assim como muitas pessoas, assisti com enorme preocupação à cerimônia de posse e aos primeiros atos de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. É uma aberração dos nossos tempos, e só nos resta resistir com o que temos à disposição. Também não passou despercebida a presença na posse dos donos das plataformas de redes sociais, como Elon Musk e Mark Zuckerberg. O primeiro, dono do X, o antigo Twitter, se exibiu fazendo gestos nazistas com a certeza de que nada lhe ocorrerá.

O segundo, mais discreto, esteve nos holofotes recentemente ao anunciar as novas políticas de abandono da verificação de fatos e tolerância a discursos de ódio pela empresa Meta, que, dentre outras mídias, é dona do Facebook, Instagram, Threads e WhatsApp. Penso que devemos, enquanto povo brasileiro, refletir profundamente sobre os riscos de tantas fontes de comunicação pertencerem a uma única empresa que obedece ao sistema político e financeiro dos Estados Unidos. Questionar isso é sofisticar a própria ideia de democracia brasileira, que segue dependente de estruturas tecnológicas e informações mediadas por corporações estrangeiras. Estabelecer redes com critérios que nos sejam comuns e verificáveis é urgente.

Uma forma de remediar essa dependência é a criação de uma rede social brasileira. No mínimo, seria uma provocação interessante. Parafraseando o "poeta", "we don't need you", Estados Unidos. Assim como as redes sociais americanas tiveram apoio do poder público local para sua expansão, cabe ao poder público do nosso país fomentar alternativas, com o fim de disputar o imenso mercado brasileiro com as gigantes globais, que regulam boa parte do nosso dia, enquanto distribuem seus lucros no chamado norte global.

Esse pensamento não é exclusividade do Brasil. Nos Estados Unidos, o governo obrigou o TikTok, uma empresa chinesa, a ter uma operação e um capital no território americano para operar localmente. Ora, por que o Brasil não pode fazer o mesmo? Soma-se a isso a necessidade urgente de regular as redes existentes. No caso do X, muito antes de o debate ganhar repercussão, ingressei em 2020, junto a organizações do movimento negro, com uma representação ao Ministério Público Federal questionando mecanismos da plataforma que perpetuam discursos racistas. Segundo pesquisas, mais de 70% dos "Tweets problemáticos" no país são direcionados à população afrodescendente, sobretudo a mulheres negras. Essa plataforma potencializa ataques por meio de seus Trending Topics, sem se responsabilizar pelo conteúdo.

Isso resulta em verdadeiros shows de horrores. Um exemplo foi o caso de uma menina negra estuprada e engravidada pelo tio, que teve seu nome e o endereço do hospital que realizava o aborto legal divulgados na rede social e amplificados pelo Trending Topic, ao lado de monetizações de séries de TV e videogames. Graças a uma obtusa lei do Marco Digital e a absoluta irresponsabilidade da empresa, esse escárnio perdurou dias e só foi retirado do ar por decisão judicial. Obviamente, nenhum lucro gerado durante esse período foi redirecionado à família da menina, involuntariamente "garota-propaganda" do fluxo de hits daquele fim de semana.

Essa representação, que também requeria um dano à coletividade negra e políticas de equidade efetivas na empresa, é o motivo pelo qual meu nome consta no chamado Twitter Files, um compilados de reclamações em e-mails de executivos da plataforma. Mas, de minha parte, tranquilizo esses executivos: no que depender do MPF, o X tem e terá uma vida mansa aqui. Aqui é a colônia, então a empresa pode fazer tudo. Sua concorrente tech Google teve um caso arquivado pela instituição no último mês. O aplicativo Google Play ofereceu o Simulador de Escravidão, em que um jogador poderia ter escravos, comprá-los e vendê-los, bem como reprimir fugas e rebeliões. O caso foi para a gaveta, e cabe ao MPF explicar ao povo suas razões.

Já em maio do ano passado, o MPF lamentou ter perdido um processo em que requeria R\$ 7,4 milhões de um influenciador por conteúdo racista publicado e disponível por anos no X. Me solidarizo com a douta Procuradoria, pois além de sua leniência temos a própria Justiça Federal brasileira, o que fica para outro texto. No entanto, com esperança fico pensando: se "Tweets" racistas de um indivíduo valem tanto dinheiro, quanto deve à comunidade negra uma plataforma como o Twitter ou a Meta? Essas empresas que já vinham proporcionando o terreno para agressões raciais em escala descomunal e agora o faz de forma escancarada. Fico no aguardo de uma quantificação e da respectiva ação.

JORNAL – O HOJE – 24.01.2025 – PÁG. 10

Semipresidencialismo deve voltar ao centro do debate

Mendes disse no evento que o modelo de governo vigente, o presidencialismo, necessita de reajustes. O magistrado exemplificou que as emendas parlamentares estão entre os problemas resultantes do atual modelo, reafirmando que os deputados e senadores executam verbas “sem qualquer responsabilidade”.

Segundo Guilherme Carvalho, a parte ruim é que hoje, por exemplo, o presidente do Brasil, na prática, seria o Arthur Lira (PP). “Temos um problema sociológico e de representação. Temos parlamentares que representam interesses particulares, com muito pouco diálogo com a sociedade, não estamos maduros o suficiente para evoluirmos para o sistema de semipresidencialismo, que seria mais saudável, onde se divide o poder, mas não me parece ser bom para o Brasil nesse momento”. Carvalho diz que há “uma outra avaliação também, que precisamos pensar, é que Gilmar Mendes pautava





CLIPPING

DATA
24.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
13 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

isso porque fez doutorado na Alemanha. O ministro enxerga o sistema como saudável, que quando se perde a viabilidade o primeiro ministro dissolve o parlamento e convoca a população para votar novamente. Tudo está confuso, precisamos de uma discussão mais ampla”. O cientista lembra que essa é uma emenda que está na CCJ há muito tempo. “Para entender melhor essa questão, temos que entender o desenho institucional brasileiro.

Em 1988, o cientista político Sérgio Abranches publicou um artigo intitulado ‘presidencialismo de coalizão’ em que ele explicava exatamente que o desenho institucional do nosso país foi moldado pensando em uma lógica parlamentarista. Ou seja, ficou sendo um sistema presidencialista dentro de um modelo parlamentarista”, explicou o cientista “Por que parlamentar? Porque para governar, os presidentes precisam se afiançar em uma ampla coalizão de partidos. Quase sempre partidos que não participaram do arranjo eleitoral que elegeu o presidente e, até por esse motivo, ele precisava compartilhar poder com o legislativo”, afirmou Guilherme.

Lehninger Mota, por outro lado, focou mais na questão da legitimidade do debate, mas, disse que não é matéria do Judiciário, e sim do Legislativo., “Não há uma proibição legal, que impeça de promover e discutir, mas a prerrogativa é do Congresso. E o STF em alguns momentos, por não existir vácuo de poder, tomou um espaço na política em questões, que eram do Legislativo, mas, pela falta de atuação dos parlamentares, que têm que passar pelo crivo do voto e o Supremo, não”, apontou Mota. Lehninger Mota explica que o Congresso fica amarrado pela dinâmica dos votos populares, o STF, por outro lado, não. “Por isso que algumas questões são deixadas para que o STF resolva, para que os parlamentares não se desgastem. No entanto, o equilíbrio entre os Poderes tem que ser respeitado, se é questão do Congresso, é importante que o Congresso resolva. Se quer mudar a forma de votação, abra um plebiscito”. A doutora em políticas públicas descreve que “considerando a perspectiva institucional, a justificativa de amenizar as crises entre o parlamento e o presidente é bastante relevante. Talvez gerasse melhor eficiência na implementação de políticas públicas por meio da redução de conflitos gerados pelo embate de poder entre o executivo e o congresso (Câmara e Senado). Mas olhando para o lado político do processo, é possível perceber a nítida intenção do parlamento em reduzir o poder do presidente. Já a bastante tempo estamos vivendo e presenciando uma guerra institucional, principalmente entre o Congresso Nacional e a Presidência da República, independente do presidente que está no cargo”.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 24.01.2025 – PÁG. 03

Análise: um pouco de Maquiavel não faria mal ao governo

Lula tem motivos para se julgar um predestinado, mas seu governo vive um momento delicado, diante de grandes incertezas provocada pela volta de Trump ao poder

Luiz Carlos Azedo

Não é raro o político que tenha lido O Príncipe, de Nicolau Maquiavel, o clássico dos clássicos da política, ao menos uma vez. Publicado em 1532, ou seja, há quase cinco séculos, a obra permanece atual e é



considerada seminal para a política moderna. Maquiavel separou a moral tradicional relacionada aos indivíduos da lógica que rege os governos, a razão do Estado. Maquiavel escreveu O Príncipe em 1513, mas a obra só foi publicada quase 20 anos depois. Foi um texto disruptivo àquela época, pois separava a Igreja do Estado, ao discorrer sobre os principados e repúblicas da Itália daquela época, fragmentada pelo colapso do Império Romano e seus invasores. Seu grande objetivo era inspirar alguém que a unificasse. Um dos trechos mais interessantes do livro, que tem 26 capítulos, discorre sobre a Fortuna na política.

Em conversas privadas e discursos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aborda esse aspecto por um ângulo messiânico, no qual se coloca como um homem predestinado, que sobreviveu a todas as adversidades desde quando, ainda criança, deixou o sertão de Pernambuco como retirante. O destino nunca lhe faltou, mesmo nos momentos mais difíceis. Recentemente, a interlocutores próximos, tem revelado em detalhes como sentiu a morte de perto no atual mandato — e até mesmo chegou a desejá-la. Lula cita o caso da pane do avião presidencial, que passou cinco horas sobrevoando a Cidade do México, com uma só turbina funcionando, até que fosse autorizado o pouso de emergência. Conta que procurou disfarçar sua apreensão, brincando com seus ministros e assessores, mas chegou a avaliar que o avião cairia e todos morreriam. Ficou particularmente irritado porque, durante horas, não soube exatamente o que estava acontecendo, até que resolveu tomar satisfações com os tripulantes do Aerolula.

A outra situação foi a queda no banheiro, quando cortava as unhas das mãos — e não dos pés, como chegou-se a divulgar. Lula caiu de costas de um banco e bateu a cabeça num degrau da banheira. Quando se deu conta da situação, pensou que havia ficado tetraplégico, porque não conseguia se mover. Nesse momento, fechou os olhos e pediu a Deus para morrer, até que se deu conta de que os dedos se mexiam. Não conseguiu se levantar, mas se arrastou até o telefone para pedir ajuda. Foi socorrido pelo policial federal responsável pela sua segurança, seu ex-carcereiro em Curitiba.

Lula tem motivos para se julgar um predestinado, mas está abalado emocionalmente e preocupado com a saúde. Seu governo vive um momento delicado, diante das grandes incertezas provocadas pela volta ao



CLIPPING

DATA
24.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
15 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

poder de Donald Trump, o presidente dos Estados Unidos. A avaliação de sua administração pela opinião pública é negativa, mas Lula está convencido de que isso não corresponde ao desempenho real do governo. Para o Palácio do Planalto, o problema é de comunicação. Os analistas, porém, pensam diferente: a crise de confiança no governo não é apenas uma questão de imagem, foi provocada por fatores objetivos, principalmente um nó fiscal cujos ingredientes são alta da inflação, desvalorização do real, juros altos e aumento da dívida pública. A ordem desses fatores não altera esse resultado.

A infalibilidade do líder

Voltemos a Maquiavel: "De quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de que modo se lhe deva servir" (Quantum fortuna in rebus humanis possit, et quomodo illis it occurrerem dum), o 15º capítulo d'O Príncipe, foi escrito com a intenção subjacente de separar o Estado da Igreja. Para o clero, as coisas eram governadas pela fortuna e por Deus, e os homens não poderiam modificar o seu destino, que já estava predeterminado. Por isso, muitos deixavam-se governar pela sorte e perdiam o poder.

Maquiavel resolveu dividir as responsabilidades: "Pensando nisso algumas vezes, em parte, inclinei-me em favor dessa opinião. Contudo, para que o nosso livre-arbítrio não seja extinto, julgo poder ser verdade que a sorte seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixe governar a outra metade, ou quase". Dizia que o príncipe que se apoia totalmente na sorte arruína-se segundo as mudanças de conjuntura. Seria feliz aquele que se acomodasse à natureza dos tempos e infeliz aquele que entrasse em choque com o momento.

O florentino comparou a Fortuna aos rios torrenciais: "Quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores e os edifícios, carregam terra de um lugar para outro; todos fogem diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder opor-se em qualquer parte. E, se bem assim ocorra, isso não impedia que os homens, quando a época era de calma, tomassem providências com anteparos e diques, de modo que, crescendo depois, ou as águas corressem por um canal, ou o seu ímpeto não fosse tão desenfreado nem tão danoso".

Os políticos têm muita dificuldade de se distanciar dos seus interesses imediatos — ou do próprio ego — ao analisar as mudanças de conjuntura. A coisa fica mais grave quando seus assessores acreditam na infalibilidade do líder, como acontece no Palácio do Planalto. A Fortuna de Lula estaria, assim, acima de tudo, mesmo que a conjuntura internacional, o ambiente econômico e a correlação de forças políticas estejam desfavoráveis.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 24.01.2025 – PÁG. 07

Haddad fala em regular vale-refeição para reduzir custo da alimentação

Ministro ainda reforçou que não haverá descontinuidade do programa Pé-de-meia, destinado a estudantes do Ensino Médio de todo o país

Raphael Pati

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quinta-feira (23/1) que o governo estuda possibilidades para reduzir os preços dos alimentos, tanto para a alimentação doméstica, quanto a realizada fora do lar. De acordo com o chefe da Pasta, há espaço para abaixar o custo por meio do vale-refeição e do vale-alimentação. A declaração foi feita em entrevista para jornalistas na sede do ministério após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Então nós entendemos que ali há um espaço interessante regulatório que pode dar ao trabalhador melhor as condições de usar aquilo que é dele, porque ele recebe um recurso que deveria ser quase 100% investido em alimentação e muito, às vezes, fica pelo caminho parte desse dinheiro, e às vezes a parte é substancial”, disse o ministro.



Haddad destacou que a alimentação fora de casa é tão importante quanto a compra de alimentos no supermercado. Segundo ele, ao dar mais poder ao trabalhador, ele encontrará um caminho de fazer valer o seu recurso que tem direito. “Então regulando melhor a portabilidade, nós entendemos que há um espaço para uma queda do preço da alimentação, tanto do vale-alimentação, quanto do vale-refeição”, acrescentou. O ministro da Fazenda se reuniu nesta quinta-feira (23/1) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e um dos temas tratados foi justamente as alternativas para reduzir os preços dos alimentos. Em 2024, o grupo de alimentos e bebidas foi responsável por um terço da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que estourou o teto da meta, em 4,83% no período.

A carestia atingiu principalmente as carnes, leite longa vida, café moído e frutas. Na visão do ministro da Fazenda, o dólar alto foi um dos principais responsáveis pelo aumento do preço desses produtos, que integram o conjunto de bens exportados pelo país. “Então quando o dólar aumenta, isso afeta os preços internos e quando o dólar começar a se acomodar, vai afetar favoravelmente os preços, também”, destacou. Nesta semana, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) publicou uma nota que defende medidas para a redução na inflação de alimentos e exigiu atitudes concretas do governo federal. Entre as propostas levantadas, está a reestruturação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), por meio do PAT social, com apoio da Caixa Econômica Federal, e que, de acordo com a Abras, pode gerar economia da ordem de R\$ 10 bilhões anuais.

Além disso, o setor também defende a venda de remédios sem receita nos supermercados, que também pode reduzir os preços em 35%. Ainda entre as pautas levantadas pela associação de supermercados, está a modernização do sistema de prazos de validade, o chamado Best Before, e a redução do prazo de reembolso dos cartões de crédito. Para o presidente da entidade, João Galassi, as propostas devem gerar um impacto significativo, não só no controle da inflação, mas também na criação de empregos e no fortalecimento da

economia. “Estamos confiantes de que, com o apoio do Governo Federal, essas medidas serão implementadas de forma eficaz e trarão benefícios diretos para as famílias, especialmente para aquelas de baixa renda”, defende. No entanto, o ministro da Fazenda evitou confirmar se deve, ou não, acatar a proposta defendida pela Abras, e que deve continuar estudando as possibilidades para baratear os custos. “Se a Associação Brasileira de Supermercados quiser fazer uma proposta, é um direito dela. Agora, toda e qualquer proposta feita por um setor vai virar política pública? Não. Se depender da Fazenda, não. Porque têm muitas que têm impacto. Tem muitas que são contraproducentes”, afirmou.

Pé-de-meia

A respeito da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de suspender os repasses para o programa do governo federal Pé-de-meia – destinado a estudantes do Ensino Médio –, o ministro da Fazenda disse que conversou sobre o assunto na reunião e que a forma com que o programa foi orçado na época do lançamento havia sido a “mais adequada”. Ainda segundo Haddad, a situação já está “pacificada”. “Não vai haver descontinuidade. Isso eu posso garantir. O que eu penso é que nós vamos encontrar uma saída para fazer, com o saldo atual. O encaminhamento que está sendo dado é para não haver interrupção do programa”, disse o ministro da Fazenda, que completou que o governo segue negociando para solucionar o problema. Ao todo, foram R\$ 6 bilhões bloqueados pelo TCU.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 24.01.2025 – PÁG. 11

A tragédia silenciosa na educação na América Latina

É fundamental que os governos latino-americanos priorizem a alfabetização, reconhecendo que ela é um pilar para combater a desigualdade e construir sociedades mais justas

Márcia Ferri e Karina Stocovaz

A América Latina é uma região marcada por paradoxos. Apesar de ser uma das áreas com maior desigualdade no mundo, conta com uma população expressiva de 657 milhões de habitantes e um PIB de mais de US\$ 5 trilhões. Embora tenha avançado no acesso à educação básica, incluindo 95,5% das crianças e jovens nos sistemas educacionais, enfrenta uma tragédia silenciosa: entre as mais de 61 milhões de crianças latino-americanas em sala de aula nos anos iniciais, milhões frequentam sem aprender.



Na América Latina, apenas 55,7% das crianças estão alfabetizadas na idade adequada, segundo médias regionais. Esse fenômeno, conhecido como pobreza de aprendizagem, ocorre quando crianças chegam aos 10 anos de idade sem saber ler adequadamente. De acordo com o Banco Mundial, combater esse problema é tão urgente quanto eliminar a fome ou a pobreza extrema. Entre os países mais populosos da região, os números mostram discrepâncias alarmantes. Por exemplo, o Brasil alfabetiza apenas 56% das crianças no



CLIPPING

DATA

24.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

tempo certo, enquanto a Argentina 57%, o Chile 63%, México 71% e Colômbia 46%. O Peru apresenta um índice ainda menor, de 33,5%. Em consequência, mais de 6 milhões de crianças por ano têm seu percurso escolar comprometido. Esse cenário contribui para altas taxas de evasão escolar: 27% na Argentina, 31% no Peru, 38% na Colômbia e 46% dos jovens evadem no México. O que observamos também é que muitos jovens terminam os anos escolares sem saber ler e escrever — na Argentina são 43%, no Peru 47%, na Colômbia 39% e no México 34%, perpetuando um ciclo de exclusão social e econômica.

A pandemia de covid-19 agravou ainda mais essa situação. No Brasil, por exemplo, o percentual de crianças alfabetizadas na idade certa caiu de 55% em 2019 para 35% em 2023. Esse retrocesso reflete sistemas educacionais excludentes e frágeis, onde apenas uma parcela dos alunos conclui a educação básica com conhecimentos adequados. Já é sabido, no campo de estudo das políticas públicas, que as deficiências na aprendizagem não se dão somente devido às formas como o ensino e a aprendizagem se efetivam, mas também às forças políticas profundas que causam a persistência desses problemas. Por isso, é fundamental que as lideranças políticas e técnicas dos países olhem para a questão da alfabetização como prioritária e foquem seus esforços políticos e técnicos para superar o problema do analfabetismo. Saber ler bem é condição imprescindível para ter sucesso ao longo da trajetória escolar.

O investimento educacional na América Latina, que é de em média US\$ 3 mil por aluno ao ano, é muito inferior à média dos países da OCDE, que alcança US\$ 10 mil anuais. Além das questões relacionadas ao investimento, observam-se pontos relacionados à infraestrutura, gestão da máquina pública, baixa prioridade política, políticas públicas fragmentadas e com descontinuidade, desvalorização e preparo de docentes para estarem na sala de aula, falta de sistemas de avaliação e de distribuição de material didático.

Apesar das dificuldades, há iniciativas promissoras em andamento. No Brasil, o governo federal lançou em 2023 o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que conta com a adesão de 27 estados, 26 capitais e 99,8% dos municípios. Observa-se também um grande empenho por parte de estados e municípios na criação e implementação de políticas públicas voltadas à alfabetização. Além disso, em setembro de 2024, o governo federal apresentou o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, uma iniciativa destinada a reconhecer o trabalho das secretarias de Educação no processo de alfabetização das crianças brasileiras, destacando os avanços obtidos ao longo do ano.

Na Argentina, no fim de maio, os 24 ministros da Educação provinciais, junto com o secretário de Educação da Nação, assinaram o Compromisso Federal pela Alfabetização, que busca enfrentar o urgente desafio do processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. Por sua vez, as províncias estão desenvolvendo seus planos e políticas jurisdicionais para lidar com a questão, incluindo ações, como a realização de diagnósticos, a formação de professores e a distribuição de materiais, entre outras iniciativas. No México, ações contundentes estão sendo implementadas por secretarias estaduais para priorizar os aprendizados fundamentais. Além disso, países como Colômbia, Chile e Peru têm visto movimentos da sociedade civil e do setor público buscando soluções para o problema.

A alfabetização é uma ferramenta essencial para a inclusão social e o desenvolvimento econômico. Saber ler bem não garante, por si só, o sucesso escolar, mas é uma condição indispensável para que os jovens possam prosperar ao longo da vida. É fundamental que os governos latino-americanos priorizem a alfabetização, reconhecendo que ela é um pilar para combater a desigualdade e construir sociedades mais justas. O caminho é desafiador, mas experiências recentes mostram que é possível reverter esse cenário. Os esforços

desses países parecem mostrar que a região segue por um caminho de priorizar o tema e acabar de vez com a pobreza de aprendizagem, que é um dos problemas raiz do baixo desenvolvimento de nossas nações. Investir em educação de qualidade é investir no futuro da região. A América Latina precisa romper com a tragédia silenciosa de sua educação. O momento de agir é agora.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 24.01.2025 – PÁG. A10

Investigações sobre emendas devem ser distribuídas no STF

Supremo analisa 14 procedimentos sobre uso desses recursos; Nunes Marques, Fux, Zanin, Gilmar e Cármen Lúcia relatam processos

Isadora Peron / Flávia Maia

Apesar da pressão da Polícia Federal (PF) para que o ministro Flávio Dino concentre as investigações sobre desvios de emendas parlamentares no Supremo Tribunal Federal (STF), a tendência é que eventuais novos casos que cheguem à Corte sejam distribuídos por sorteio, e fiquem nas mãos de outros relatores. Dino é o relator de ações que tratam do assunto e tem imposto ao Congresso uma série de medidas para dar mais transparência e rastreabilidade ao uso desses recursos - o que tem desagradado os parlamentares. Hoje, já há pelo menos 14 procedimentos no Supremo que apuram suspeitas relacionadas ao uso desse tipo de verba pública. Os casos foram distribuídos a seis ministros diferentes. Além de Dino, relatam as investigações os ministros Kassio Nunes Marques, Luiz Fux, Cristiano Zanin, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia.



Na semana passada, a Justiça Federal da Bahia enviou ao STF o caso sobre a Operação Overclean, que investiga supostos desvios de verbas de emendas parlamentares no Estado nordestino. O processo foi remetido à Corte depois de as investigações apontarem a possível atuação de um deputado federal no esquema. Na ocasião, a PF pediu para que o caso ficasse com Dino, mas o ministro Edson Fachin, que estava no exercício da presidência no Supremo por conta do recesso, entendeu que não havia prevenção (critério que mantém a competência de um magistrado em relação a uma causa para evitar decisões conflitantes) e determinou que o relator fosse definido por sorteio.

Dino tem imposto uma série de medidas para dar mais transparência ao uso dos recursos

A investigação, então, caiu com Nunes Marques. Após a definição, a Polícia Federal apresentou um novo pedido para tentar mudar o relator. Agora, caberá ao presidente do STF, Luís Roberto Barroso, avaliar a solicitação e dar a palavra final sobre o caso. Antes de decidir, Barroso pediu que a Secretaria Judiciária apresentasse informação técnica sobre eventual prevenção de Dino e enviou o pedido para que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, se manifeste. Segundo o Valor apurou, o PGR deve ser contra a mudança.

Entre interlocutores da Corte, a expectativa é que Barroso mantenha a decisão de Fachin. O presidente do Supremo tem sido procurado por nomes do governo que defendem que o caso fique com Dino, mas tem ponderado que isso geraria muitos desgastes internos.

Além de desautorizar Fachin, que é seu vice na Corte e com quem costuma atuar alinhado no comando do Poder Judiciário, ele também desagradaria a Nunes Marques, que foi sorteado relator e deve ser o responsável por tocar as investigações. A primeira fase da Operação Overclean foi deflagrada em 10 de dezembro de 2024 pela PF, em parceria com outros órgãos, como o Ministério Público Federal (MPF), a Receita Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU). A ação também contou com o apoio da Agência Americana de Investigações de Segurança Interna (Homeland Security Investigations - HSI). Já a segunda fase ocorreu no dia 23 de dezembro. A operação investiga fraudes em licitações, desvio de recursos públicos, corrupção e lavagem de dinheiro.

De acordo com a PF, o esquema ilícito atingiu o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), na Coordenadoria Estadual da Bahia (Cestba), além de outros órgãos públicos. No período investigado, a organização movimentou cerca de R\$ 1,4 bilhão, tendo celebrado R\$ 825 milhões em contratos somente em 2024 com diversos órgãos públicos. Um dos alvos é o empresário José Marcos de Moura, conhecido como “Rei do Lixo”. Ele atua no setor de coleta de resíduos e é membro da cúpula do União Brasil. Dias antes de a PF deflagrar a primeira fase da operação, foram apreendidos R\$ 1,5 milhão e uma série de documentos e planilhas que estavam em uma aeronave que pousou em Brasília após decolar de Salvador. Os passageiros do avião eram o empresário Alex Parente e o ex-coordenador do Dnocs na Bahia Lucas Maciel Lobão Vieira, suspeitos de envolvimento no esquema.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 24.01.2025– PÁG. E1

STJ valida arrecadação de bens de empresário em offshore para pagamento de credores

Decisão da 4ª Turma da Corte envolve processo da Sam Indústrias, falida desde 2008

Marcela Villar



A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) validou a arrecadação de bens do empresário Daniel Birmann, reunidos em uma offshore, para o pagamento dos credores da Sam Indústrias, da qual era sócio. A decisão permite que o Judiciário tome posse de mais de três milhões de ações - isto é, o controle - da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), uma das maiores empresas de armamento da América Latina, que fornece munição para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e controla a Taurus Armas. Por unanimidade, os ministros mantiveram acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que afastou a necessidade de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), instrumento usado para atingir bens de terceiros em



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
24.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
21 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

casos de fraude ou ocultação de patrimônio. Isso porque foi considerado que os papéis pertenciam ao próprio Birmann na época da decretação da falência da Sam Indústrias, em 2008, mas haviam sido ocultados.

Como os efeitos da insolvência foram estendidos a ele na sentença de quebra, todos os ativos deveriam ter sido colocados à disposição para venda e posterior pagamento aos credores. Porém, desde 2008 nenhum ativo havia sido encontrado para honrar com a dívida da Sam Indústrias, estimada em R\$ 600 milhões (valor ainda em discussão). O STJ não julgou o mérito do recurso, pois implicaria reanálise de provas, o que é vedado pelo regimento da Corte. Advogados especialistas no tema, contudo, dizem que é uma decisão pioneira, que fortalece a possibilidade de utilização desse tipo de incidente de arrecadação para buscar ativos ocultos em insolvências.

Foi mantido o acórdão do TJRJ que entendeu que Birmann detém 98% da participação acionária da CBC, avaliada em, pelo menos, R\$ 2 bilhões, segundo advogados do caso. Esse montante faria com que a falência fosse uma das poucas superavitárias no Brasil. Após o pagamento do passivo, o excesso voltaria para a conta bancária do empresário.

Caso tratou do uso de uma cadeia societária pelo próprio falido” — João O. de Noronha

Foram analisados dois recursos - um de Bernardo Birmann, filho de Daniel, e outro da CBC Global, controlada da CBC nos Estados Unidos. Ambos são os atuais detentores das ações da CBC, transferidas por Daniel ao longo dos anos. O incidente tinha o objetivo de reconhecer a nulidade da transferência. Ao Valor, a defesa da CBC Global informou que vai recorrer da decisão. O procedimento de arrecadação de bens foi instaurado pelo Duarte Forssell Advogados (DFA), contratado em 2018 pela massa falida para fazer a busca e bloqueio de bens do empresário, inclusive no exterior. Mais de 20 procedimentos foram abertos, no Brasil e em diversos países e paraísos fiscais, como nas Ilhas Caymann e Ilhas Virgens Britânicas. O que envolve as ações da CBC é o mais avançado.

O incidente é sigiloso, mas o julgamento no STJ foi público. Na sessão, João Felipe Varella Ribeiro, do Gouvêa & Ribeiro Advogados, que defende Bernardo Birmann, disse que não houve direito de defesa no incidente. E que deveria ter sido instaurado um IDPJ ou ação revocatória para revogar a transferência das ações para a CBC. Segundo ele, na época da falência, os papéis pertenciam a outras companhias com personalidades jurídicas distintas. “O incidente de arrecadação de bens não foi proposto contra aqueles que foram atingidos pelo decreto falimentar, mas sim em face de terceiros que não figuraram como parte do processo falimentar e contra quem não foram estendidos os efeitos da falência”, afirmou Ribeiro, em sustentação oral, em dezembro (REsp 2000839).

Beatriz Donaire de Mello e Oliveira, do Caputo Bastos & Fruet Advogados, que representou a CBC Global, também no julgamento do STJ, disse que foi feita uma mediação com a Braslight, fundo de pensão da Light, principal credor da falência com R\$ 350 milhões a receber, e o seu crédito ficou garantido. Defendeu que, por conta da mediação, a arrecadação “acaba por ser até mesmo inócua, porque o procedimento falimentar já está praticamente finalizado”. Segundo fontes, a mediação foi uma tentativa de Birmann encerrar a falência e contornar os incidentes de arrecadação de bens para não ter o patrimônio atingido. O acordo envolveu a XP, que comprou o crédito da Braslight no ano passado. A irmã de Daniel, Miriam Birmann, assumiu a dívida da Braslight em nome do irmão e ainda deu uma garantia de R\$ 100 milhões para o pagamento dos outros credores.



CLIPPING

DATA

24.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

O acordo foi homologado pela Justiça em novembro. Octaviano Duarte Filho, sócio do DFA, disse, na sessão do STJ, que a falência está sendo resolvida não por conta da mediação, mas pela atuação da banca. “São anos de trabalho e investimentos milionários e uma fraude desvendada. Por isso que essa falência bilionária está sendo resolvida com o pagamento de juros e correção monetária. Não é essa mediação, que só existiu por conta desta demanda.” O relator, ministro João Otávio de Noronha, acatou a tese do DFA e negou as alegações de violação processual de Birmann e da CBC Global. Ele foi acompanhado por unanimidade. “O caso dos autos não tratou da validade ou eficácia dos negócios jurídicos celebrados entre o falido e terceiros, mas sim da utilização de uma cadeia societária, pelo próprio falido, com único propósito de escamotear o patrimônio em detrimento dos seus credores”, afirma ele, no acórdão.

Por isso, acrescenta, não seria necessária a desconsideração da personalidade jurídica, uma vez que não é caso de “levantamento do véu que separa a sociedade e sócios para atacar o patrimônio de uma ou de outros”, mas sim o de se atingir os bens de Birmann, real dono das ações da CBC. Para o advogado Daniel Carnio Costa, sócio do Daniel Carnio Advogados e ex-juiz, a decisão é pioneira e fortalece o uso do incidente de arrecadação, apesar de o julgamento ter sido formal, com base na Súmula nº 7 do STJ. “O Tribunal do Rio chegou à conclusão que não se tratava de desconsideração de personalidade jurídica e sim de arrecadação de um ativo do próprio falido, que havia sido escondido e era da massa. O STJ não pode reavaliar essas questões porque envolve a análise de provas”, diz.

Agora, o juiz da falência pode determinar a avaliação das ações da CBC para depois seguir com a venda. Mas deve haver uma discussão sobre a necessidade da alienação, devido ao acordo de mediação feito com a Braslight e a garantia apresentada para o pagamento de outros credores. “As ações já foram arrecadadas e estão à disposição do juiz da falência para pagar uma dívida. Mas se não tiver mais dívida, não teria por que ocorrer a venda”, afirma uma fonte que acompanha o caso. O último relatório do administrador judicial Bruno Rezende, da Preserva-Ação, foi a favor de Birmann, pela desnecessidade da venda das ações da CBC. “A mediação possibilitou que a maior dívida concursal da falência fosse saneada, através de métodos autocompositivos, pelos quais um terceiro assumiu o pagamento integral de tal verba, exonerando a massa falida do dever de pagar tal obrigação, o que, como consequência, torna desnecessária a persecução de ativos para se possibilitar o pagamento de tal crédito, a fim de evitar pagamento em duplicidade”, diz no documento.

Em nota, Pedro Murgel, sócio do CMA Advogados, que defende a CBC, afirma que Daniel Birmann não é dono da CBC e que ainda é preciso fazer a avaliação das ações da empresa para se prosseguir com a venda “caso fosse necessária a obtenção de recursos para o pagamento dos credores, o que não ocorre no caso em questão”. Defende ainda que a falência está sendo resolvida por conta do acordo homologado com a Braslight e os demais créditos (trabalhista e fiscal) foram quitados. “Tais fatos, por si só, impedem qualquer impacto nas ações da CBC”, diz.

Justiça Federal livra contribuinte de tributação sobre adicional de frete

Decisão da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Amazonas beneficiou uma empresa de afretamento marítimo

Luiza Calegari

Uma decisão da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Amazonas isentou uma empresa de afretamento marítimo do pagamento de impostos sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). O entendimento foi o de que a nova Lei das Subvenções (nº 14.789/23) não abrangeu essa contribuição específica. Segundo explica Paulo Alecrim, sócio na A&C Advogados Associados, que defendeu o contribuinte, o AFRMM é considerado uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e é cobrado do dono da carga que contratou uma empresa de navegação. No caso, com a decisão que impediu a incidência do Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins, a empresa de afretamento deixou de recolher cerca de R\$ 1,5 milhão, referente a um ano.

O adicional é alocado no Fundo de Marinha Mercante e direcionado para as empresas de transporte marítimo. Mas só pode ser usado para renovação de frota ou construção de novos navios ou balsas, como forma de o governo apoiar o desenvolvimento da indústria naval brasileira. Assim, configura uma subvenção. Quando foi editada, a Lei nº 14.789/2023 revogou todos os artigos existentes até então a respeito das subvenções, mas deixou de fora o artigo 68 da Lei nº 4.506/64, que diz que o AFRMM não compõe a receita bruta operacional das empresas. A manutenção do dispositivo, de acordo com Paulo Alecrim, justifica a não incidência dos tributos.

O advogado levou à Justiça, então, o argumento do princípio da especialidade: na existência de duas normas conflitantes, o imbróglio deve ser resolvido aplicando aquela que é especial, mais específica a respeito de um determinado assunto. No caso, o dispositivo da lei de 1964 que foi mantido dispõe especificamente sobre as empresas de navegação. O juiz Ricardo Augusto Campolina de Sales considerou que, ao não revogar o artigo quando teve a oportunidade, o ente legislativo manteve em vigor uma legislação mais benéfica, que deve prevalecer. “Entendo que a cobrança, da forma como exercida pelo ente no caso em questão, estaria ferindo o princípio da legalidade tributária, visto que o legislador, podendo revogar, assim não o fez, mantendo em vigor legislação mais benéfica, o que nos leva a analisar o caso sob a ótica democrática do tributo”, afirma.

O magistrado concluiu que, nesse caso, o Judiciário não pode “criar obrigação tributária ainda dada como válida perante o Legislativo”. Entender que houve revogação tácita, acrescenta, seria extrapolar matéria tributária “restrita ao regramento legal específico” (processo nº 1017334-28.2024.4.01.3200). Segundo Paulo Alecrim, a tese tem amplo impacto e pode ser replicada para outras empresas de navegação de transporte de carga. “Mas é preciso ressaltar que essa exceção só vale para empresas que operam no regime de apuração de lucro real. No lucro presumido, já não pagava antes, porque é outra forma de apuração”, afirma.



O precedente é incomum, segundo tributaristas. Marcelo Siqueira, advogado do Kincaid Mendes Vianna Advogados, diz que essa discussão está inserida em outra mais ampla, a respeito do que constituiria a subvenção para investimento, e que foi acirrada com a edição da Lei das Subvenções. Com a edição da lei, afirma o advogado, o governo tentou restringir a não tributação da subvenção para investimento. O Ministério da Fazenda divulgou que a lei poderia trazer R\$ 35 bilhões aos cofres públicos. Isso gerou uma reação do setor produtivo e três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando pontos da nova norma. Uma delas foi apresentada pelo Partido Liberal e aponta que a União desconsiderou as prioridades estabelecidas por Estados e municípios na definição de suas políticas fiscais, além de ter tratado de tema que só poderia ser instituído por lei complementar (ADI 7551).

Autora de outra ação, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) argumenta que a nova modalidade de tributação impede Estados e municípios de incentivar o desenvolvimento de determinadas atividades por meio de incentivos fiscais. A entidade defende ainda que a sistemática desrespeita o conceito constitucional de receita (ADI 7604). Por fim, a Confederação Nacional do Comércio (CNC) também foi ao Supremo, corroborando o argumento da violação ao conceito constitucional de renda e receita porque a nova lei parte do princípio de que as subvenções constituem receitas tributáveis (ADI 7622). Devido à complexidade da controvérsia, afirma Marcelo Siqueira, muitas empresas ainda estão avaliando se faz sentido judicializar as cobranças agora. “No uso do AFFRM, especificamente, é preciso analisar caso a caso, já que nem todo gasto pode ser enquadrado como subvenção para investimento.”

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 24.01.2025 – PÁG. E2

Local da operação traz controvérsias no IVA dual

Não é difícil prever que a aplicação desses novos critérios não será simples e ensejará discussões e conflitos inéditos

Luiz Carlos Junqueira

Uma das principais questões sobre a reforma tributária consiste em saber se o novo IVA dual, composto pela CBS federal e pelo IBS dos Estados e municípios, será de fato mais simples do que os atuais tributos sobre consumo, principalmente ICMS, ISS, PIS e Cofins, e quais pontos da nova legislação têm mais potencial para conflitos. Acreditamos que haverá alguma simplificação, sobretudo porque a produção de normas sobre o novo IVA dual ficará muito mais centralizada no Congresso Nacional e no Comitê Gestor do IBS.

Ainda que diversos princípios e normas gerais dos atuais tributos sobre consumo sejam definidos em âmbito nacional, com razoável nível de detalhamento, pela Constituição Federal e em leis complementares,





CLIPPING

DATA
24.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
25 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

especialmente Código Tributário Nacional, Lei Kandir (ICMS) e Lei Complementar (LC) nº 116 (ISS), no sistema atual os entes subnacionais possuem grande autonomia para legislar sobre os tributos de sua competência, resultando em 27 leis estaduais e respectivos regulamentos de ICMS, milhares de leis e regulamentos municipais de ISS, além de leis, regulamentos e um sem número de atos normativos sobre obrigações acessórias, encargos, processos administrativos e temas correlatos. Para acrescentar ainda mais complexidade, muitas dessas normas se afastam das diretrizes nacionais de tributação por meio de regimes diferenciados de apuração, pautas, hipóteses de substituição, de antecipação e outras criações bastante “autorais” dos entes subnacionais, fazendo com que os tributos locais quase não possam mais ser reconhecidos como ICMS ou ISS.

Nesse contexto, a centralização das normas do IVA dual provavelmente trará vantagens para o contribuinte, que se submeterá a uma tributação de perfil verdadeiramente nacional, regrada e fiscalizada de forma compartilhada entre os entes federativos, em substituição a 27 ICMS e milhares de ISS regidos por leis específicas e díspares. De outro lado, uma análise preliminar da Lei Complementar nº 214/2025 nos permite identificar alguns pontos que continuarão a render muita controvérsia. Um desses pontos diz respeito ao chamado critério espacial da regra matriz do novo IVA dual, sobretudo para o IBS, que será o tributo a ser repartido pelos Estados, Distrito Federal e municípios, que seguirão com autonomia para definir as alíquotas do imposto devido em seus territórios.

No sistema tributário atual, esse tema sempre gerou disputas, cabendo destacar aquelas em torno do local onde é devido o ICMS sobre importações de mercadorias (destinatário jurídico versus físico) e o ISS (local da prestação versus do prestador). Ambas as disputas se estenderam por décadas em nossos tribunais e produziram farta doutrina e jurisprudência sobre o ente subnacional competente para tributar operações e prestações que se desenrolavam em mais de um Estado ou município, inclusive após a edição da LC 116. No entanto, todo o esforço acumulado para resolver esses conflitos de competência tributária em relação ao ISS e ao ICMS não terá grande valia para o novo IVA dual, que será norteado pelo princípio do destino e pelos conceitos de “bens” e “fornecimentos”, que são mais abrangentes e fluídos do que “circulação de mercadorias” e “prestação de serviços” na acepção jurídica e mais rígida tradicionalmente dada a esses termos. A mudança da tributação na origem pelo destino é perfeitamente justificada sob o ponto de vista econômico e de justiça fiscal. Afinal de contas, estamos falando de tributos sobre consumo, que devem ser exigidos onde esse consumo ocorre.

Por outro lado, a aplicação jurídica do princípio do destino não é elementar e foge a uma tradição de décadas de tribuarmos serviços no local do prestador ou onde ocorre a prestação, mas raramente no local do tomador, salvo nos casos de ISS sobre importação, que é uma obrigação relativamente recente e que ainda não foi bem assentada na jurisprudência. A esse respeito, o artigo 11 da LC 214/2025 contempla mais de 10 regras para definição do local de operação tributável pelo IVA dual, muitas delas sem correspondente da legislação preexistente, trazendo critérios que ainda não foram postos em prática, muito menos passaram pelo crivo do judiciário. Não é difícil prever que a aplicação desses novos critérios não será simples e ensejará discussões e conflitos inéditos. No inciso III do artigo 11 da LC 214/2025, por exemplo, o serviço fruído presencialmente por pessoa física é devido ao local de sua prestação. Contudo, o parágrafo 5º desse mesmo artigo 11 determina que, se o serviço for prestado a distância, ainda que parcialmente, o IVA dual passa a ser devido no local do domicílio principal do adquirente.

No caso de uma consulta jurídica, por exemplo, o fato de ela ser prestada verbalmente na presença do cliente ou por meio de um aplicativo pode mudar o local do recolhimento e a alíquota aplicada. Além disso, caso a consulta tenha sido realizada presencialmente, mas, posteriormente, o cliente peça um esclarecimento por e-mail, em que medida esse esclarecimento pode deslocar a obrigação tributária do local da prestação para o do domicílio do tomador e, ainda, alterar a alíquota do IBS? Alguns elementos da tributação são inerentemente complexos e os possíveis conflitos em torno do local onde o tributo é devido são uma decorrência quase indissociável de um modelo constitucional que outorga aos Estados e municípios competência sobre um tributo de perfil claramente nacional e às vezes supranacional, pois recai sobre negócios envolvendo partes situadas em diversas localidades.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia 24 de janeiro – Dia Internacional da Educação

Dia Internacional da Educação é uma data que procura reforçar a importância que a educação tem na vida de todos, e no Brasil ela é celebrada em dois dias.

A importância da educação, como vimos, é algo percebido internacionalmente, pois ela tem um papel fundamental no desenvolvimento individual de cada pessoa. A educação garante melhores oportunidades, o desenvolvimento da capacidade crítica, e é entendida como uma forma de transformar a nossa sociedade. É pensando exatamente nessa importância que se celebra anualmente o Dia Internacional da Educação.

Essa data comemorativa busca reforçar a importância dessa ferramenta e servir como ponto de partida para a conscientização das pessoas sobre seu papel. Além disso, a data serve como momento para que debates e propostas sobre como melhorar a educação aconteçam. Entretanto, no Brasil, não existe um consenso sobre quando se deve ser celebrar o Dia Internacional da Educação. Isso porque existem duas propostas para tanto. Os dias propostos são: *24 de janeiro e 28 de abril*.

A primeira proposta celebra o Dia Internacional da Educação em 24 de janeiro, e sua escolha foi feita pela ONU, em uma Assembleia Geral no dia 3 de dezembro de 2018. A proposta da organização foi uma iniciativa para reafirmar uma série de seus objetivos visando ao desenvolvimento sustentável e à paz, sendo os ODS parte deles. Essa assembleia, portanto, determinou que o 24 de janeiro fosse separado para celebrar o Dia Internacional da Educação.

No mesmo encontro, a ONU também convidou organizações não governamentais, organizações educacionais, institutos acadêmicos, institutos educacionais privados, entre outros, para que atendessem ao seu pedido de celebrar a educação na data mencionada. Em contrapartida, no Brasil, muitos educadores entendem que o Dia Internacional da Educação deve ser celebrado no 28 de abril. Isso porque, em 28 de abril de 2000, foi assinado um compromisso internacional pelos líderes de 164 países, incluindo o Brasil, a fim de garantir o desenvolvimento da educação no mundo. Esse compromisso foi feito durante o Fórum





CLIPPING

DATA
24.01.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
27 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Mundial de Educação, realizado em Dacar, no Senegal. Ao final desse evento, como mencionado, no dia 28 de abril, foi assinada a Declaração de Dacar, um documento no qual os líderes internacionais assumiram compromissos para garantir melhorias na educação.

Entre os compromissos acordados, destaca-se o seguinte:

3. Reafirmamos a visão da Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien, 1990), apoiada pela Declaração Universal de Direitos Humanos e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, de que toda criança, jovem e adulto tem o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades.